

PRÁTICAS AVALIATIVAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES COM DIFICULDADES EM ORTOGRAFIA

Alisson Rodrigues Leles

Mestrando do curso de Ciências da Educação - Universidade Word Ecumenical.

Edna de Nazaré do Nascimento Lima

Mestranda do curso de Ciências da Educação - Universidade Word Ecumenical.

Gilcileide Cardoso da Silva

Mestranda do curso de Ciências da Educação - Universidade Word Ecumenical.

Thainara Santos dos Santos

Mestranda do curso de Ciências da Educação - Universidade Word Ecumenical.

Wilker Gonçalves Melo

Mestrando do curso de Ciências da Educação - Universidade Word Ecumenical.

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N2-08>

RESUMO CRÍTICO

A discussão acerca das práticas avaliativas inclusivas no contexto das dificuldades em ortografia insere-se em um campo mais amplo de reflexões sobre a educação inclusiva e a necessidade de ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem. A ortografia, enquanto componente estruturante da linguagem escrita, demanda do estudante o domínio de regras complexas que envolvem aspectos fonológicos, morfológicos e etimológicos. Dessa forma, dificuldades nesse âmbito não devem ser compreendidas como falhas individuais isoladas, mas como manifestações de processos cognitivos em desenvolvimento, que exigem mediação pedagógica adequada.

Tradicionalmente, a avaliação escolar tem sido orientada por uma perspectiva classificatória, centrada na mensuração de desempenhos por meio de instrumentos padronizados que priorizam o acerto em detrimento do processo de aprendizagem. No caso específico da ortografia, essa lógica se materializa na valorização excessiva da norma culta escrita e na penalização recorrente dos erros, o que contribui para a estigmatização de estudantes com dificuldades. Tal modelo revela-se limitado e excludente, uma vez que desconsidera as singularidades dos sujeitos e ignora os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem presentes no ambiente escolar.

Sob uma perspectiva crítica, torna-se evidente que a avaliação, quando concebida apenas como instrumento de verificação de resultados, reforça desigualdades e compromete a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Nesse sentido, faz-se necessária a adoção de práticas avaliativas que transcendam a lógica punitiva e assumam um caráter formativo, diagnóstico e mediador. A avaliação inclusiva propõe, portanto, uma mudança de paradigma, ao reconhecer o erro como parte constitutiva do processo de aprendizagem e ao valorizar os avanços progressivos dos estudantes.

No âmbito das dificuldades ortográficas, as práticas avaliativas inclusivas devem contemplar a utilização de estratégias diversificadas que possibilitem ao aluno expressar seus conhecimentos para além da escrita convencional. Entre essas estratégias, destacam-se a produção textual orientada, os ditados reflexivos, as atividades lúdicas com foco na consciência fonológica, bem como o acompanhamento contínuo do desempenho do estudante. Tais práticas permitem uma compreensão mais ampla das dificuldades apresentadas, possibilitando intervenções pedagógicas mais eficazes e contextualizadas.

Ademais, a flexibilização dos critérios de avaliação constitui elemento fundamental para a promoção da inclusão. Avaliar não deve se restringir à identificação de erros ortográficos, mas considerar aspectos como a coerência textual, a organização das ideias e a capacidade de comunicação do estudante. Essa ampliação do olhar avaliativo contribui para a valorização das potencialidades individuais e para a construção de um ambiente escolar mais equitativo.

Outro ponto relevante refere-se à incorporação de tecnologias assistivas e recursos pedagógicos adaptados no processo avaliativo. Ferramentas digitais, corretores ortográficos, aplicativos educacionais e jogos interativos podem atuar como mediadores no desenvolvimento das habilidades linguísticas, promovendo maior autonomia e engajamento dos estudantes. Contudo, é importante ressaltar que a utilização desses recursos deve estar articulada a uma prática pedagógica intencional, orientada por princípios inclusivos.

Apesar dos avanços teóricos e das diretrizes educacionais que defendem a inclusão, observase que a efetivação de práticas avaliativas inclusivas ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a insuficiente formação continuada dos professores, a resistência à mudança de paradigmas avaliativos e as limitações estruturais

das instituições de ensino. Esses fatores evidenciam a necessidade de investimentos em políticas públicas que promovam a qualificação docente e incentivem a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Dessa forma, compreende-se que a avaliação inclusiva, especialmente no contexto das dificuldades ortográficas, deve ser entendida como um processo contínuo, reflexivo e comprometido com o desenvolvimento integral do estudante. Mais do que mensurar resultados, avaliar implica compreender trajetórias de aprendizagem, respeitar as diferenças e promover condições equitativas de participação no processo educativo.

Conclui-se, portanto, que a transformação das práticas avaliativas constitui elemento essencial para a consolidação de uma educação inclusiva. Ao reconhecer o erro como parte do processo e ao valorizar o desenvolvimento progressivo dos estudantes, a avaliação assume um papel formador e emancipador, contribuindo para a construção de sujeitos mais autônomos, críticos e participativos no contexto social.

REFERÊNCIAS

- CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2009.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: abril de 2026.